

Previdência Montar um portfólio de investimentos independente demanda disciplina

No cenário atual, conservadores precisam aceitar riscos maiores

Felipe Datt

Para o Valor, de São Paulo

Acumular reservas para o período de aposentadoria e montar um portfólio de investimentos de forma independente requer cuidados. Idade, período estimado de acumulação, perfil de risco, necessidade de diversificação em um momento de Selic em queda, atenção com taxas (administração, performance etc) e aspectos tributários têm que ser levados em conta pelo investidor. "É plenamente possível montar um portfólio independente de investimentos para a aposentadoria, com a ressalva de que, do ponto de vista do planejamento sucessório e tributário, os planos de previdência oferecem vantagens relevantes", diz Ernesto Leme, diretor comercial da Claritas Investimentos.

Planejamento e disciplina são palavras-chave para a montagem de um portfólio de investimentos para a aposentadoria. Assim como

ocorre em um plano PGBL, em que o investidor aloca parte do salário em aportes mensais ou semestrais — muitas vezes com a contrapartida do empregador —, a estratégia deve ser mantida para quem trilha um caminho independente de investimentos. "É preciso manter um cronograma bem ajustado e rigoroso, ou seja, definir qual o percentual de receitas da fase de produção (trabalho) será alocado mensalmente ou semestralmente", diz o diretor comercial da Easynvest, Fábio Macedo.

Um dos aspectos mais relevantes para a montagem de uma carteira de investimentos é a fase em que as reservas começam a ser acumuladas. Como regra de bolso, um investidor que começa a acumular recursos na faixa dos 20 anos terá, além de maior janela de poupança, maior capacidade para suportar riscos e volatilidades do mercado. Para um investidor que começa a acumular aos 40 anos, a proteção do patrimônio é mais urgente. Mas não

há receita única e apenas a idade não determinará a carteira de investimento ideal.

O portfólio poderá variar de acordo com a idade e o perfil do investidor, já que o apetite a risco pode ser diferente. "O principal recado hoje é que mesmo os mais conservadores terão que correr algum risco com o cenário de Selic em baixa, em prol de uma rentabilidade maior", diz Patrícia Pereira, gestora de Renda Fixa da Mongeral Aegon Investimentos. "Mesmo para um conservador de 20 anos a sugestão é uma carteira mais apimentada, por causa da queda de juros", completa Leme, da Claritas.

Em simulação feita ao Valor, Leme indica uma carteira para um investidor na faixa dos 20 anos e com investimento de R\$ 250 mil composta por títulos de inflação (15% dos recursos), títulos pré-fixados (15%), ativos de crédito (10%), fundos multimercado (30%), bolsa (20%) e investimentos no exterior (10%). Já para o investidor na casa dos 50 anos e

com os mesmos recursos, a carteira seria composta por juro pós-fixado (25%), títulos de inflação (20%), títulos pré-fixados (15%), ativos de crédito (10%), multimercados (15%), bolsa (10%) e exterior (5%). "A alocação em ativos de risco é maior quanto menor é a idade do investidor nessa simulação", diz.

Uma recomendação quase unânime para quem procura investimentos de longo prazo é alocar parte dos recursos em títulos da dívida pública indexados à inflação (Tesouro IPCA+), com vencimento de longo prazo (2045 ou 2050). O apelo desses papéis é que a rentabilidade é definida em um percentual de juros mais a variação do IPCA do período. "Por se tratar de investimento para a longevidade, é importante que o investidor calibre ao máximo o vencimento do título ao período de aposentadoria", diz Macedo, da Easynvest.

Para o diretor comercial da Concórdia Corretora, Rafael Giovani, a recomendação para quem deseja

montagem de um portfólio independente para a aposentadoria são ativos que de alguma forma "neutralizem" os benefícios tributários dos planos de previdência. "O mercado de ações é boa alternativa pensando na poupança para a aposentadoria, principalmente em carteiras recomendadas de empresas que pagam bons dividendos, que são papéis com menor risco de volatilidade e isentos de Imposto de Renda", diz.

A carteira seria composta ainda por fundos imobiliários, que ganham atratividade em um cenário de juros baixos. Outra indicação são títulos de dívida privada. Para as carteiras de perfil moderado para agressivo, a indicação é alocar 60% dos recursos em títulos de dívida pública (como Tesouro IPCA+) e privada, e 40% em fundos imobiliários e ações. "Para perfis conservadores, a sugestão é trocar os títulos privados pelo Tesouro Selic, e reduzir a parcela de renda variável e fundos imobiliários de 40% para 20%, no máximo", diz.